ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE CODAJÁS

LEI MUNICIPAL Nº 25 DE 20 DE JUNHO DE 1991.

Institui o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE-FMS e dá outras providências.

AMÓS PEREIRA BRAGA, Prefeito Municipal de Codajàs,' usando de atribuições que lhe são conferidas por Lei, etc.,

FAÇO SABER que o Poder Legislativo aprovou e eu sanciono a seguinte

L E I :

TÍTULO I

DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CAPÍTULO I

DOS OBJETIVOS

Artº. 1º - Fica instuído o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE-FMS, que tem por objetivo criar condições financeiras e de gerência dos recursos destinados ao desenvolvimento das ações e serviços' de saúde executados pela Secretaria Municipal de Saúde, que tem como atribuições:

I - Planejar, programar e organizar a rede regionalizada e hierarquizada do SUS, em articulação com a sua direção estadual;

II - Assistir as pessoas por intermédio de ações de programação, proteção e recuperação da saúde, com a realização inte-' grada das ações curativas e preventivas;

III- Planejar, organizar, gerir, controlar, acompanhar e avaliar as ações e os serviços que lhe são inerentes, tais como:

a) - Vigilância epidemiológica;

b) - Vigilância sanitária;

c) - Vigilância nutricional e orientação alimentar;

d) - Proteção e recuperação da saúde do trabalhador.

IV - Formular políticas e implantar ações de educação em saúde;

V - Colaborar no controle e na fiscalização das agressões ao meio-ambiente, nele compreendido o do trabalho, em comum acordo, com as organizações competentes das esferas Federal e Estadual;

VI - Colaborar na formulação e execução das políticas de:

a) - Saneamento básico em articulação com o Estado e a União e demais órgãos;

b) - Medicamentos, equipamentos imunobiológicos' e outros insumos de interesse para a saúde, bem como, participar da sua produção;

c) - Sangue e seus derivados.

VII - Participar no controle e na fiscalização da produção, transporte, guarda e utilização de substâncias e produtos psicoativos, tóxicos e radioativos;

VIII - Incrementar, em sua área de atuação, e desenvolvimento científico e tecnológico;

IX - Garantir a capacitação permanente de recursos humanos em seu âmbito de ação;

X - Outras estabelecidas em normas complementares.

CAPÍTULO II
DA ADMINISTRAÇÃO
SEÇÃO I
DA VINCULAÇÃO

Artº. 2º - O Fundo Municipal de Saúde-FMS, ficará' vinculado à Secretaria Municipal de Saúde, competindo a sua administração ao Prefeito Municipal auxiliado pelo respectivo Secretário ' de Saúde e sob a fiscalização do Conselho Municipal de Saúde.

§ Único - O administrador do Fundo poderá delegar' seus poderes, parcial ou totalmente.

SEÇÃO II
DA ADMINISTRAÇÃO DO FUNDO

Artº. 3º - São atribuições do Administrador do Fundo:

I - Gerir o Fundo e estabelecer políticas de aplicação dos seus recursos em conjunto com o Conselho Municipal de Saúde;

II - Acompanhar, avaliar e decidir sobre a realização das ações previstas no Plano Municipal de Saúde, observadas as prioridades e os recursos existentes;

III - Submeter ao Conselho Municipal de Saúde o plano de aplicação a cargo do Fundo, em consonância com o Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e o Plano Municipal de Saúde;

IV - Submeter ao Conselho Municipal de Saúde as demonstrações mensais da receita e despesa do Fundo;

V - Encaminhar à contabilidade geral do Município as demonstrações mencionadas no inciso anterior;

VI - Subdelegar competência às unidades descentralizadas e aos responsáveis pelos estabelecimentos de prestações de serviços que integram o Sistema Municipal de Saúde;

VII - Assinar cheques com o responsável pela tesouraria, quando for o caso;

VIII - Ordenar empenhos e pagamentos das despesas do Fundo;

IX - Firmar convênios e contratos, inclusive de empréstimos, referentes a recursos que serão administrados pelo Fundo;

X - Outras estabelecidas em normas complementares, desde que, não conflitantes com a presente Lei.

SEÇÃO III

DA COORDENAÇÃO DO FUNDO

SUBSEÇÃO I

DOS PARTICIPANTES

Artº. 4º - A coordenação do fundo será exercida pelo Secretário de Saúde Municipal, auxiliado no âmbito de suas competências, pelas demais secretarias municipais.

SUBSEÇÃO II

DAS ATRIBUIÇÕES

Artº. 5º - São atribuições da Coordenação do Fundo:

I - Preparar as demonstrações da receita e despesas a serem emcaminhadas ao Prefeito:

II - Manter os controles necessários à execução orçamentária do Fundo referentes a empenhos, liquidação e pagamento das despesas e aos recebimentos das receitas do Fundo;

III - Manter, em coordenação com o Setor de patrimônio da Prefeitura Municipal, os controles necessários sobre bens patrimoniais a cargo do Fundo;

IV - Manter, em coordenação com a contabilidade geral do Município as demonstrações de receitas e despesas, os inventários de estoque de medicamentos e de instrumentos médicos, bem como, os dos bens móveis e imóveis;

V - Firmar, com os responsáveis pelos controles de execução orçamentária, as demonstrações mencionadas anteriormente;

VI - Providenciar, junto a contabilidade geral do Município as demonstrações que indiquem a situação econômica geral do Fundo Municipal de Saúde-FMS;

VII - Apresentar ao Conselho Municipal de Saúde a análise e a avaliação da situação econômica-financeira do Fundo, detectada nas demonstrações mencionadas;

VIII - Manter os controles necessários sobre convênios ou contratos de prestação de serviços pelo Setor Privado e dos empréstimos feitos para a saúde;

IX - Manter o controle e a avaliação da produção das unidades integrantes do Sistema Municipal de Saúde;

X - Encaminhar ao Prefeito Municipal, relatórios físicos-financeiros, relativos ao desempenho das unidades de saúde dos setores públicos e privados, integrantes do Sistema Municipal de Saúde;

XI - Outras estabelecidas em normas complementares desde que, não conflitantes com presente Lei.

Parágrafo ùnico - Os prazos para realização das atividades previstas neste Artigo, serão fixadas em regulamento.

SEÇÃO IV

DOS RECURSOS

SUBSEÇÃO I

DOS RECURSOS FINANCEIROS

Artº. 6º - São receitas do Fundo:

I - As transferências oriundas do Fundo Nacional de Saúde e do Fundo Estadual de Saúde, como decorrência do que dispõe o Art. 30, inciso VII da Constituição da República; Art. 2º - IV e Art. 3º § 1º e 2º da Lei nº 8.142 de 28/12/90, da União.

II - Os rendimentos e os juros provenientes de aplicações financeiras;

III - O produto de ajustes firmados com outras entidades financeiras;

IV - O produto da arrecadação das taxas de multas e juros de mora por infração ao Código Sanitário Municipal;

V - O produto das parcelas de serviços e de outras transferências que o Município tenha direito a receber por força de Lei e de convênio no setor;

VI - Doações em espécie feitas diretamente para esse Fundo.

§ 1º - As receitas descritas neste Artigo, serão depositadas obrigatoriamente em conta especial a ser aberta e mantida em agência de estabelecimentos oficial de crédito, no prazo máximo de 03 (três) dias, a partir do ingresso dos recursos nos cofres públicos.

§ 2º - A aplicação dos recursos de natureza financeira dependerá:

I -Da existência de disponibilidade em função do cumprimento de programação;

II - De prévia aprovação do Prefeito Municipal.

Artº. 7º - São também considerados recursos financeiros, o produto das operações de crédito por antecipação da receita orçamentária ou vinculada à obra ou prestação de serviços em saúde.

SUBSEÇÃO II

DOS ATIVOS

Artº. 8º - Constituem ativos do Fundo Municipal de Saúde:

I - Disponibilidade monetária em bancos ou em caixa especial oriunda das receitas especificadas;

II - Direitos que, porventura, vier a constituir;

III - Bens móveis e imóveis que forem destinados ao Sistema de Saúde do Município ou a sua administração.

Parágrafo Único - Anualmente se processará o inventário dos bens e direitos do Fundo.

SUBSEÇÃO III

DOS PASSIVOS

Artº 9º - Constituem passivos do Fundo Municipal de Saúde as obrigações de qualquer natureza que, porventura, o Município venha a assumir para manutenção do Sistema Municipal de Saúde.

SUBSEÇÃO IV

DO SALDO

Artº. 10 - O saldo positivo do Fundo, apurado em balanço, será transferido para o exercício seguinte, a crédito do próprio Fundo.

SEÇÃO V

DO ORÇAMENTO E DA CONTABILIDADE

SUBSEÇÃO I

DO ORÇAMENTO

Artº. 11 - O orçamento do Fundo Municipal de Saúde evidenciará as políticas e o programa de trabalho governamental, observadas o Plano Plurianual a Lei de Diretrizes Orçamentária, o Plano Municipal de Saúde e os princípios da universalidade e do equilíbrio.

§ 1º - O orçamento do Fundo Municipal de Saúde in-

tegrará o orçamento do Município, em obediência ao princípio da unidade.

§ 2º - O orçamento do Fundo Municipal de Saúde observará, na sua elaboração e na sua execução, os padrões e normas estabelecidos na legislação pertinente.

SEÇÃO VI

DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

SUBSEÇÃO I

DA DESPESA

Artº. 12 - Imediatamente após a promulgação da Lei de Orçamento, o Prefeito Municipal aprovará o quadro de contas trimestrais, que serão distribuídas entre as unidades descentralizadas do Sistema Municipal de Saúde.

Parágrafo Único - As cotas trimestrais poderão ser alteradas durante o exercício, observados o limite fixado no orçamento e o comportamento da sua execução.

Artº. 13 - Nenhuma despesa será realizada sem a necessária autorização orçamentária.

Parágrafo Único - Para os casos de insufiência e omissões orçamentárias, serão utilizados os créditos adicionais suplementares e especiais autorizados por Lei e abertos por Decreto do Executivo.

Art. 14 - A despesa do Fundo Municipal de Saúde se constituirá de:

I - Financiamento total ou parcial de programas integrados de saúde desenvolvidos pela Secretaria ou com ela conveniadas;

II - Pagamento de vencimento, salários, gratificações ao pessoal do órgãos, ou entidades da administração Direta ou Indireta que participem das ações previstas no Art. 1º do

Decreto que institui o Conselho Municipal de Saúde;

III - Pagamento pela prestação de serviços a entidades de direito privado para execução de programas ou projetos específicos do setor de saúde observado o disposto no § 1º do Art. 199 da Constituição Federal e na Lei Orçamentária;

IV - Aquisição de material permanente e de consumo e de outros insumos necessários ao desenvolvimento dos programas;

V - Construção, reforma, ampliação, aquisição ou locação de imóveis para adequação da rede física de prestação de serviço de saúde;

VI - Desenvolvimento de aperfeiçoamento dos instrumentos de gestão, planejamento, administração e controle das ações de saúde;

VII - Desenvolvimento de programas de capacitação e aperfeiçoamento de recursos humanos de saúde;

VIII - Atendimento de despesas diversas, de caráter' urgente e inadiável, necessárias à execução das ações e serviços' de saúde mencionados no Artº.1º do Decreto que instituiu o Conselho Municipal de Saúde.

Parágrafo Único - O Prefeito Municipal, constituirá ' comissão especial de licitação, nos termos previstos em regulamento.

SUBSEÇÃO II
DAS RECEITAS

Artº. 15 - A execução orçamentária das receitas, se processará através da obtenção de seu produto nas fontes determinadas nesta Lei.

Artº. 16 - O Fundo Municipal de Saúde terá vigências' limitadas devendo ser extinto se inativo por 02(dois) anos.

Artº. 17 - O Poder Executivo Municipal editará Decreto Regulamentador no prazo de 60(sessenta) dias a contar da publi

cação desta Lei.

Artº. 18 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua promulgação revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CODAJÁS, ESTADO DO AMAZONAS, em 20 de junho de 1991.

AMÓS PEREIRA BRAGA
Prefeito Municipal